

Sul América Companhia de Seguro Saúde  
CNPJ 01.685.053/0001-56



Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde (“Companhia”), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2015, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 344 emitida em 20/12/2013. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, desta forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. **1. Conjuntura econômica:** A economia brasileira passou por ajustes em 2015, objetivando corrigir os desequilíbrios acumulados nos anos anteriores, fruto da expansão creditícia e fiscal. A política econômica concentrou-se no processo de realinhamento de preços, na redução das intervenções sobre o câmbio e, principalmente, na recuperação fiscal no intuito de estabilizar a dívida pública. Ainda que a política econômica traçada estivesse na direção correta, dificuldades para aprovação das medidas propostas inviabilizaram o ajuste fiscal pretendido. A perspectiva de déficits fiscais crescentes, alimentando a expansão do endividamento público, elevou a percepção de risco da economia brasileira. Como consequência, o país perdeu o grau de investimento pelas agências de risco, ao mesmo tempo em que o real se deprecia. A economia passou por uma crise de confiança, reduzindo os investimentos, o consumo, tendo como consequência a elevação dos índices de desemprego. A inflação oficial ficou em 10,7%, refletindo, principalmente, a correção dos preços administrados, que subiram 18,1%, enquanto os demais preços da economia acumularam elevação de 8,7%, em consequência da depreciação cambial verificada no período. Estimativas de mercado projetam uma queda próxima de 4,0% no PIB brasileiro em 2015. No mercado de trabalho, cerca de 1,8 milhão de vagas foram fechadas no segmento formal da economia. A taxa média de desemprego encerrou o ano em 7,0%, contra 4,8% em 2014. Alguns ajustes no sentido de melhorar os fundamentos da economia brasileira têm sido realizados. O Banco Central encontra-se empenhado em trabalhar para que a inflação de 2015 não impacte os preços em 2016 e 2017. Ao longo do ano, o Banco Central elevou a Selic em 250 pontos, colocando-a em 14,25% (11,75% no final de 2014). No setor externo, o ajuste decorrente de um câmbio mais depreciado levou a balança comercial a fechar 2015 com superávit próximo de US\$20 bilhões, enquanto o déficit em contas correntes recuou de US\$104,0 bilhões ao final de 2014, para um valor próximo de US\$60 bilhões em 2015. Pelo lado fiscal, os esforços caminham na busca de superávits que estabilizem a dívida pública no longo prazo, objetivando recuperar o grau de investimento atribuído pelas agências de rating. A melhora dos fundamentos econômicos é passo importante para a superação desse quadro nos próximos meses e anos. A recuperação da confiança dos agentes, que é condição necessária para isso, recolocará a economia em uma trajetória consistente de crescimento. **2. Principais informações financeiras:** Os registros contábeis da aquisição da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (SULACAP) pela controlada Sul América Santa Cruz Participações S.A. (SANTA CRUZ) está sendo representado

nas demonstrações financeiras, por determinação da CVM, órgão que regula a controladora indireta Sul América S.A. (SASA), através do Ofício/CVM/SEP/GEA Nº001/2015, de 2 de janeiro de 2015, emitido em resposta a consulta técnica da SASA com o objetivo de confirmar o entendimento sobre o registro da operação de aquisição do controle da SULACAP, controlada indireta da Companhia. Na época da decisão formalizada no ofício supramencionado, a SASA entrou com pedido de reconsideração da decisão e, em 24 de novembro de 2015, a CVM reafirmou em reunião a sua posição, tornando-a pública através de ata publicada em seu site, em 24 de dezembro de 2015. A Companhia está reapresentando estas demonstrações financeiras, refletindo no investimento e patrimônio líquido o entendimento da CVM de que a operação mencionada não é uma combinação de negócios. Os efeitos nas demonstrações financeiras referentes aos ajustes mencionados anteriormente são apresentados na nota 2.2 das Notas Explicativas.

(R\$ milhões)	2015	2014 (Reapresentado)	Variação
<b>Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde</b>	<b>10.389,7</b>	<b>8.610,2</b>	<b>20,7%</b>
<b>Sinistros retidos</b>	<b>(8.441,2)</b>	<b>(7.116,9)</b>	<b>(18,6%)</b>
<b>Resultado das operações com planos de assistência à saúde</b>	<b>1.948,4</b>	<b>1.493,3</b>	<b>30,5%</b>
<b>Resultado bruto</b>	<b>1.650,3</b>	<b>1.294,7</b>	<b>27,5%</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>410,7</b>	<b>286,6</b>	<b>43,3%</b>
<b>Resultado patrimonial</b>	<b>194,3</b>	<b>258,9</b>	<b>(24,9%)</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>967,5</b>	<b>719,8</b>	<b>34,4%</b>
<b>Resultado líquido</b>	<b>692,9</b>	<b>563,8</b>	<b>22,9%</b>

**3. Comentário sobre o desempenho:** Em 2015, os prêmios ganhos pela Companhia totalizaram R\$10.389,7 milhões, com aumento de 20,7%. Os sinistros retidos somaram R\$8.441,2 milhões, representando 81,2% dos prêmios ganhos. O resultado patrimonial passou de R\$258,9 milhões em 2014 para R\$194,3 milhões no final do ano. O lucro líquido atingiu R\$692,9 milhões, com o crescimento de 22,9% comparado a 2014. O patrimônio líquido da Companhia atingiu R\$3.569,2 milhões, com incremento de 13,5% sobre o exercício anterior. **4. Reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto:** Em 28 de outubro de 2015, foi celebrado um contrato de cessão e transferência total de carteira de seguro saúde da Sul América Saúde Companhia de Seguros (SULASAÚDE) para a Companhia, onde a SULASAÚDE transferiu, a valor contábil, a totalidade de sua carteira de planos de assistência à saúde – médicos e odontológicos (Carteira), com total preservação dos direitos dos associados pelo preço total de R\$4,3 milhões, pagos em 18/11/2015, após a comprovação da efetiva transferência da carteira. **5. Distribuição do resultado:**

Descrição (R\$ milhões)	2015	2014
<b>Lucro antes dos impostos e participações</b>	<b>967,5</b>	<b>719,8</b>
(-) Impostos e contribuições	(242,3)	(128,3)
(-) Participações	(32,2)	(27,6)

Descrição (R\$ milhões)	2015	2014
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>692,9</b>	<b>563,8</b>
(+) Reversão de reserva estatutária e outros ajustes	10,8	(5,3)
<b>Lucro líquido após compensações</b>	<b>703,7</b>	<b>558,5</b>
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(35,2)	(27,9)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>668,5</b>	<b>530,6</b>

<b>Dividendos obrigatórios</b>		
<b>25% do lucro líquido ajustado</b>	<b>167,1</b>	<b>132,6</b>
<b>(-) Dividendos antecipados pagos a serem considerados nos dividendos obrigatórios – conforme RCA aprovada em 10/04/2015.</b>	<b>56,6</b>	<b>16,0</b>
<b>(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem considerados nos dividendos obrigatórios</b>	<b>110,5</b>	<b>110,5</b>

Bruto	130,0	130,0
Imposto de renda	(19,5)	(19,5)
<b>Saldo dos dividendos obrigatórios</b>	<b>-</b>	<b>6,1</b>

Juros sobre capital próprio capitalizados considerados como dividendos obrigatórios - conforme RCA aprovada em 30/09/2015

	86,6	-
--	------	---

Juros sobre capital próprio pagos considerados como dividendos obrigatórios- conforme RCA aprovada em 30/09/2015

	43,4	-
--	------	---

Dividendos adicionais pagos conforme RCA aprovada em 10/04/2015

	73,4	-
--	------	---

Dividendos adicionais pagos conforme RCA aprovada em 09/11/2015

	44,0	-
--	------	---

<b>Saldo dos dividendos obrigatórios propostos</b>	<b>-</b>	<b>6,1</b>
--	----------	------------

<b>Destinação:</b>		
<b>Constituição de reserva estatutária</b>	<b>364,5</b>	<b>378,4</b>

**6. Investimentos:** Em 31/12/2015, a Companhia mantinha investimentos diretos nas seguintes sociedades: Sul América Santa Cruz Participações S.A. no montante de R\$662,3 milhões, Sul América Serviços de Saúde S.A. no montante de R\$57,3 milhões, Sul América Saúde Companhia de Seguros no montante de R\$89,8 milhões, Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. no montante de R\$328,8 milhões, Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. no montante de R\$45,2 milhões, Sul América Odontológico S.A. no montante de R\$55,4 milhões e Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. no montante de R\$0,9 milhão. **7. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”:** A Companhia não possui ativos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”. **8. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte de nenhum acordo de acionistas.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2016.

A ADMINISTRAÇÃO.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015, 2014 e em 01 de janeiro de 2014 (em milhares de reais)

	Notas	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)	01/01/2014 (Reapresentado)
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>		<b>3.991.424</b>	<b>2.851.782</b>	<b>2.318.353</b>
Disponível	-	11.750	20.132	19.636
Realizável	-	3.979.674	2.831.650	2.298.717
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>5</b>	<b>3.205.040</b>	<b>2.378.529</b>	<b>1.926.451</b>
Aplicações vinculadas a provisões técnicas	-	2.121.016	1.653.335	1.447.498
Aplicações não vinculadas	-	1.084.024	725.194	478.953
<b>Créditos de operações com planos de assistência à saúde</b>	<b>-</b>	<b>210.074</b>	<b>234.175</b>	<b>179.515</b>
Prêmio a receber	6.1	204.663	229.394	175.540
Operadoras de planos de assistência à saúde	-	-	1.286	2.678
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	5.411	3.495	1.297
<b>Despesas diferidas</b>	<b>7</b>	<b>120.025</b>	<b>130.964</b>	<b>111.269</b>
<b>Créditos tributários e previdenciários</b>	<b>8</b>	<b>2.360</b>	<b>1.966</b>	<b>5.078</b>
<b>Bens e títulos a receber</b>	<b>9</b>	<b>440.399</b>	<b>85.731</b>	<b>74.430</b>
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>-</b>	<b>1.776</b>	<b>285</b>	<b>1.974</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>3.076.753</b>	<b>3.193.527</b>	<b>2.729.198</b>
Realizável a longo prazo	-	1.714.089	1.774.121	1.570.954
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>5</b>	<b>2.011</b>	<b>2.345</b>	<b>2.342</b>
Aplicações não vinculadas	-	2.011	2.345	2.342
<b>Créditos tributários e previdenciários</b>	<b>8</b>	<b>86.151</b>	<b>67.220</b>	<b>53.437</b>
<b>Despesas de comercialização diferidas</b>	<b>7</b>	<b>325.985</b>	<b>186.812</b>	<b>163.110</b>
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>8</b>	<b>203.492</b>	<b>150.272</b>	<b>148.398</b>
<b>Depósitos judiciais e fiscais</b>	<b>15.1</b>	<b>1.093.628</b>	<b>1.364.482</b>	<b>1.197.531</b>
<b>Outros créditos a receber a longo prazo</b>	<b>-</b>	<b>2.822</b>	<b>2.990</b>	<b>6.136</b>
<b>Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>1.239.713</b>	<b>1.350.431</b>	<b>1.101.547</b>
<b>Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial</b>	<b>-</b>	<b>1.239.713</b>	<b>1.350.431</b>	<b>1.101.547</b>
Participações societárias - operadoras de planos de assistência à saúde	10	202.566	367.680	251.502
Participações societárias - outras entidades	10	1.037.147	982.727	850.021
Outros investimentos	-	-	24	24
<b>Imobilizado</b>	<b>-</b>	<b>43.651</b>	<b>13.285</b>	<b>8.518</b>
<b>Imobilizado de uso próprio</b>	<b>-</b>	<b>23.367</b>	<b>10.490</b>	<b>5.822</b>
Bens móveis - Não hospitalares/Não odontológicos	-	23.367	10.490	5.822
<b>Outras imobilizações</b>	<b>-</b>	<b>20.194</b>	<b>2.795</b>	<b>2.696</b>
<b>Intangível</b>	<b>11</b>	<b>79.390</b>	<b>55.690</b>	<b>48.179</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>7.068.177</b>	<b>6.045.309</b>	<b>5.047.551</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (em milhares de reais)

	Notas	2015	2014 (Reapresentado)
<b>Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde</b>	<b>-</b>	<b>10.389.669</b>	<b>8.610.210</b>
Receitas com operações de assistência à saúde	-	10.475.337	8.683.933
Prêmios retidos	19.1	10.479.522	8.684.675
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	-	(4.185)	(755)
Receita com resseguro	-	-	13
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	-	(85.668)	(73.723)
<b>Sinistros retidos</b>	<b>-</b>	<b>(8.441.241)</b>	<b>(7.116.907)</b>
Sinistros conhecidos ou avisados	19.2	(8.360.634)	(6.983.026)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	(80.258)	(133.645)
Despesa com resseguro	-	(349)	(236)
<b>Resultado das operações com planos de assistência à saúde</b>	<b>-</b>	<b>1.948.428</b>	<b>1.493.303</b>
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	-	559	6.698
Outras receitas operacionais	-	559	6.698
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	19.5	(298.500)	(205.173)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	-	(241.246)	(186.206)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	-	(552)	-
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde	-	2	7
Provisão para perdas sobre créditos	-	(56.704)	(18.974)
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	19.5	(189)	(90)
<b>Resultado bruto</b>	<b>-</b>	<b>1.650.298</b>	<b>1.294.738</b>
<b>Despesas de comercialização</b>	<b>19.3</b>	<b>(658.877)</b>	<b>(558.273)</b>
<b>Despesas administrativas</b>	<b>19.4</b>	<b>(628.976)</b>	<b>(562.244)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>19.6</b>	<b>410.694</b>	<b>286.646</b>
Receitas financeiras	-	523.013	372.912
Despesas financeiras	-	(112.319)	(86.266)
<b>Resultado patrimonial</b>	<b>10</b>	<b>194.318</b>	<b>258.887</b>
Receitas patrimoniais	-	194.373	259.149
Despesas patrimoniais	-	(55)	(262)
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>-</b>	<b>967.457</b>	<b>719.754</b>
Imposto de renda	19.7	(172.467)	(78.564)
Contribuição social	19.7	(121.979)	(50.059)
Impostos diferidos	19.7	52.128	308
Participações sobre o resultado	-	(32.227)	(27.634)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-</b>	<b>692.912</b>	<b>563.805</b>
<b>Quantidade de ações em circulação</b>	<b>-</b>	<b>77.808.252</b>	<b>75.839.509</b>
<b>Resultado líquido por lote de mil ações</b>		<b>8,91</b>	<b>7,43</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Notas	2015 (Reapresentado)	2014
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>692.912</b>	<b>563.805</b>
Ganhos atuariais, líquidos de perdas, não realizados com plano de pensão de benefício definido		(85)	77
Perdas não realizadas com ativos financeiros disponíveis para venda	20	(2.643)	(3.991)
Imposto de renda e contribuição social relacionados aos componentes de outros resultados abrangentes	20	1.091	1.565
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	10	(48.476)	6.773
<b>Componentes do resultado abrangente</b>		<b>(50.113)</b>	<b>4.424</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>642.799</b>	<b>568.229</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Notas	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)	01/01/2014 (Reapresentado)
<b>Passivo</b>		<b>2.569.416</b>	<b>2.045.594</b>	<b>1.681.911</b>
<b>Circulante</b>		<b>2.569.416</b>	<b>2.045.594</b>	<b>1.681.911</b>
<b>Provisões técnicas de operações de assistência à saúde</b>	<b>12</b>	<b>2.106.970</b>	<b>1.708.959</b>	<b>1.273.371</b>
Provisões de prêmios	-	260.206	211.734	132.346
Provisão de prêmios não ganhos	-	240.275	195.871	117.272
Provisão para remissão	-	19.931	15.863	15.074
Provisão de sinistros a liquidar para SUS	-	18.814	14.343	14.724
Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	-	1.189.329	970.090	747.154
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	638.621	512.792	379.147
<b>Débitos de operações de assistência à saúde</b>	<b>-</b>	<b>42.228</b>	<b>70.966</b>	<b>89.950</b>
Contraprestações / prêmios a restituir	-	40	-	-
Comercialização sobre operações	-	17.574	17.441	13.478
Operadoras de planos de assistência à saúde	-	-	13.339	35.235
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	-	24.614	40.186	41.237
<b>Débitos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora</b>	<b>-</b>	<b>41.936</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Provisões</b>	<b>-</b>	<b>130.452</b>	<b>48.376</b>	<b>38.156</b>
Provisões para IR e CSLL	-	76.272	17.694	2
Provisões para ações judiciais	15.2	54.180	30.682	38.154
<b>Tributos e encargos sociais a recolher</b>	<b>-</b>	<b>71.013</b>	<b>64.923</b>	<b>51.489</b>
<b>Empréstimos e financiamentos a pagar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>73</b>
<b>Débitos diversos</b>	<b>17</b>	<b>176.817</b>	<b>152.370</b>	<b>228.872</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>929.600</b>	<b>855.953</b>	<b>781.954</b>
<b>Provisões técnicas de operações de assistência à saúde</b>	<b>12</b>	<b>34.677</b>	<b>39.729</b>	<b>36.687</b>
<b>Provisão para remissão</b>	<b>-</b>	<b>18.929</b>	<b>16.998</b>	<b>17.033</b>
Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	-	15.748	22.731	19.654
<b>Provisões</b>	<b>-</b>	<b>164.806</b>	<b>155.596</b>	<b>139.385</b>
Provisões para ações judiciais	15.2	164.806	155.596	139.385
<b>Tributos e encargos sociais a recolher</b>	<b>-</b>	<b>730.072</b>	<b>660.583</b>	<b>602.046</b>
Tributos e encargos sociais a recolher	-	730.072	660.583	602.046
Tributos e contribuições	15.2	730.072	655.486	586.482
Parcelamento de tributos e contribuições	16	-	5.097	15.564
<b>Débitos diversos</b>	<b>17</b>	<b>45</b>	<b>45</b>	<b>3.836</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>18</b>	<b>3.569.161</b>	<b>3.143.762</b>	<b>2.583.686</b>
Capital social	-	1.922.993	1.836.393	1.702.000
<b>Reservas</b>	<b>-</b>	<b>2.100.494</b>	<b>1.711.582</b>	<b>1.290.323</b>
Reservas de capital	-	(39.913)	(39.913)	(47.908)
Reservas de lucros	-	2.140.407	1.751.495	1.338.231
<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>-</b>	<b>(93.273)</b>	<b>(43.160)</b>	<b>(47.584)</b>
<b>Ações em tesouraria</b>	<b>-</b>	<b>(361.053)</b>	<b>(361.053)</b>	<b>(361.053)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>7.068.177</b>	<b>6.045.309</b>	<b>5.047.551</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (em milhares de reais)		
	2015	2014 (Reapresentado)
<b>Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>967.457</b>	<b>719.754</b>
<b>Mais</b>		
Depreciações e amortizações	19.915	14.396
Juros e variações monetárias de refinanciamento fiscal (REFIS)	1.908	1.774
Juros e variações monetárias de provisões judiciais e obrigações fiscais	80.000	55.712
Incentivo em ações	5.571	4.164
Outros	44	–
<b>Menos</b>		
Participações de acionistas não controladores		
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(194.196)	(259.008)
Lucro na venda de investimentos ou imobilizado	(156)	–
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(97.108)	(83.726)
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	(5.212)	–
Outros	(8)	161
<b>Atividades operacionais</b>		
Variação de aplicações	(828.820)	(456.072)
Variação de créditos das operações com planos de assistência à saúde	24.101	(54.660)
Variação de bens e títulos a receber	(92.395)	51.742
Variação de créditos tributários e previdenciários	(19.325)	(10.671)
Variação de ativo fiscal diferido	(1.092)	(1.566)
Variação de depósitos judiciais	270.854	(166.951)
Variação de despesas antecipadas	(1.491)	1.689
Variação de outros créditos a receber de longo prazo	168	3.146
Variação de despesas de comercialização diferidas	(128.234)	(43.397)
Variação de débitos de operações de assistência à saúde	13.198	(18.984)
Variação de tributos e contribuições a recolher	25.783	71.969
Variação de empréstimos e financiamentos a pagar	–	(73)
Variação de provisões	130.759	26.431
Variação de débitos diversos	(209.991)	(92.158)
Variação de provisões técnicas de operações de assistência à saúde	392.959	438.630
Imposto de renda e contribuição social pagos	(232.734)	(104.403)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>121.955</b>	<b>97.899</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Recebimento de venda de ativo imobilizado - Outros	548	140
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	318.009	78.511
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado e intangível	(70.166)	(22.924)
Pagamento de aquisição de participação em outras empresas	(135.208)	(65.028)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento</b>	<b>113.183</b>	<b>(9.301)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Integralização de capital em dinheiro	–	134.393
Pagamento de juros - REFIS	(2)	(18)
Pagamento de amortização - REFIS	(39.471)	(8.746)
Pagamento de dividendos	(204.047)	(213.731)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(243.520)</b>	<b>(88.102)</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>	<b>(8.382)</b>	<b>496</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>20.132</b>	<b>19.636</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>11.750</b>	<b>20.132</b>
<b>Ativos livres no início do período</b>	<b>846.178</b>	<b>753.633</b>
<b>Ativos livres no final do período</b>	<b>1.315.418</b>	<b>846.178</b>
<b>Aumento nas aplicações financeiras - Recursos livres</b>	<b>469.240</b>	<b>92.545</b>



Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014										
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)										
	Capital social	Ágio (Deságio) em transações de capital	Total das reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucro	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2014	1.702.000	(6.923)	(6.923)	18.386	1.315.992	1.334.378	(45.967)	(361.053)	–	2.622.435
Reflexo reversão de combinação de negócios - (nota 2.2)	–	(40.985)	(40.985)	–	3.853	3.853	(1.617)	–	–	(38.749)
Saldos ajustado em 01/01/2014 (Reapresentado)	1.702.000	(47.908)	(47.908)	18.386	1.319.845	1.338.231	(47.584)	(361.053)	–	2.583.686
Aumento de capital em espécie conforme AGE de 30/07/2014 e 30/09/2014	134.393	–	–	–	–	–	–	–	–	134.393
Outros ajustes	–	–	–	–	(10)	(10)	–	–	1.616	1.606
Deságio em transação de capital	–	7.995	7.995	–	–	–	–	–	–	7.995
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	4.424	–	–	4.424
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	563.805	563.805
Proposta da destinação do resultado:			–							
Reserva legal	–	–	–	27.926	–	27.926	–	–	(27.926)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	378.440	378.440	–	–	(378.440)	–
Reflexo - reversão combinação de negócio (nota 2.2)	–	–	–	–	6.908	6.908	–	–	(6.908)	–
Dividendos antecipados - R\$0,20593 por ação ON e R\$0,22652 por ação PN	–	–	–	–	–	–	–	–	(16.000)	(16.000)
Juros sobre o Capital Próprio - R\$1,67317 por ação ON e R\$1,84048 por ação PN	–	–	–	–	–	–	–	–	(130.000)	(130.000)
Dividendos propostos - R\$0,0791 por ação ON e R\$ 0,0870 por ação PN	–	–	–	–	–	–	–	–	(6.147)	(6.147)
Saldos em 31/12/2014 (reapresentado)	1.836.393	(39.913)	(39.913)	46.312	1.705.183	1.751.495	(43.160)	(361.053)	–	3.143.762
Aumento de capital em espécie conforme AGE de 30/07/2014 e 30/09/2014	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Reversão de reserva estatutária - reflexo combinação de negócios (nota 2.2)	–	–	–	–	(10.751)	(10.751)	–	–	10.751	–
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	(50.113)	–	–	(50.113)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	692.912	692.912
Proposta da destinação do resultado:										
Reserva legal	–	–	–	35.183	–	35.183	–	–	(35.183)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	364.480	364.480	–	–	(364.480)	–
Dividendos obrigatórios antecipados pagos - R\$0,7103 por ação ON e R\$0,7813 por ação PN conforme RCA aprovados em 10/04/2015	–	–	–	–	–	–	–	–	(56.620)	(56.620)
Juros sobre o Capital Próprio capitalizados e pagos - R\$1,6732 por ação ON e R\$1,8405 por ação PN conforme RCA aprovados em 30/09/2015	86.600	–	–	–	–	–	–	–	(130.000)	(43.400)
Dividendos adicionais propostos pago - R\$0,9205 por ação ON e R\$1,0126 por ação PN conforme RCA aprovados em 10/04/2015	–	–	–	–	–	–	–	–	(73.380)	(73.380)
Dividendos adicionais propostos pago - R\$0,5520 por ação ON e R\$0,6071 por ação PN conforme RCA aprovados em 09/11/2015	–	–	–	–	–	–	–	–	(44.000)	(44.000)
Saldos em 31/12/2015	1.922.993	(39.913)	(39.913)	81.495	2.058.912	2.140.407	(93.273)	(361.053)	–	3.569.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014	
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)	
<b>1. Contexto operacional.</b> A SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE denominada (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, 121, no bairro Cidade Nova, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar como operadora classificada como seguradora especializada em saúde, e tem como principal acionista a Sul América Companhia Nacional de Seguros, denominada (SALIC) com 63,76% de ações ordinárias e 69,89% de ações preferenciais, com participação total de 65,27%, e tem como controladora indireta final a Sul América S.A(SASA). A SASA é controlada pela Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,90% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,68% de participação total. A SASA, por deter participação no capital dos demais acionistas, é a controladora indireta da Companhia, com 100% de participação no capital total. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou em 25 de fevereiro de 2016 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade(IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Nestas demonstrações financeiras, denominamos de “SulAmérica” o conjunto de empresas controlado pela SASA, o qual a Companhia faz parte. As demonstrações financeiras de 01/01/2014 e 31/12/2014 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes e as demonstrações financeiras de 31/12/2015 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. A mudança de auditores ocorreu por força regulatória. <b>1.1. Transferência de carteira da Sul América Saúde Companhia de Seguros (SULASAÚDE).</b> Em 28 de outubro de 2015, foi celebrado um contrato de cessão e transferência total de carteira de seguro saúde da SULASAÚDE para a Companhia, onde a SULASAÚDE transferiu, a valor contábil, a totalidade de sua carteira de planos de assistência à Saúde – médicos e odontológicos (Carteira) com total preservação dos direitos dos associados pelo preço total de R\$4.255 pago, em 18/11/2015, após a comprovação da efetiva transferência da carteira. A vigência média da carteira é de 12 meses. A carteira transferida está demonstrada a seguir:	
<b>Ativo</b>	
<b>Circulante</b>	<b>94.281</b>
Aplicações	80.907
Contraprestação / Prêmios a receber	5.733
Despesas de comercialização diferidas	7.041
Outros	600
<b>Não circulante</b>	<b>32.604</b>
Despesas de comercialização diferidas	32.604
<b>Total</b>	<b>126.885</b>
<b>Passivo</b>	
<b>Circulante</b>	<b>120.184</b>
Provisões técnicas de operações	117.426
Débitos de operações de assistência à saúde	113
Outros	2.645
<b>Não circulante</b>	<b>2.446</b>
Provisões técnicas de operações	1.013
Provisão para ações judiciais	1.433
<b>Total</b>	<b>122.630</b>
<b>Acervo líquido</b>	<b>4.255</b>

A operação está alinhada com os objetivos estratégicos da Sul América. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 344 emitida em 20/12/2013. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. Como parte de uma revisão na política de divulgação do grupo, a Companhia passou a adotar a demonstração de fluxo de caixa pelo método indireto. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 23/02/2016. **2.2. Reapresentação: Efeitos por reflexo referentes à reclassificação da aquisição da controlada indireta Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (SULACAP):** Os registros contábeis da aquisição da SULACAP pela controlada Sul América Santa Cruz Participações S.A. (SANTA CRUZ) está sendo reapresentado nestas demonstrações financeiras, por determinação da CVM, órgão que regula a controladora indireta SASA, através do Ofício/CVM/SEP/GEA-Nº001/2015, de 2 de janeiro de 2015, emitido em resposta a consulta técnica da SASA com o objetivo de confirmar o entendimento sobre o registro da operação de aquisição do controle da SULACAP controlada indireta da Companhia. Na época da decisão formalizada no Ofício supramencionado, a SASA entrou com pedido de reconsideração da decisão e em 24 de novembro de 2015 a CVM reafirmou em reunião a sua posição, tornando-a pública através de ata publicada em seu site, em 24 de dezembro de 2015. A Companhia está reapresentando estas demonstrações financeiras, refletindo no investimento e patrimônio líquido o entendimento da CVM de que a operação mencionada não é uma combinação de negócios. Os efeitos nas demonstrações financeiras referentes aos ajustes mencionados anteriormente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e no balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2014, são os seguintes: **2.2.1. Efeitos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014:**

	Publicado	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo circulante</b>	<b>2.851.782</b>	<b>–</b>	<b>2.851.782</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>3.227.669</b>	<b>(34.142)</b>	<b>3.193.527</b>
Créditos tributários e previdenciários	67.220	–	67.220
Ativo fiscal diferido	150.272	–	150.272
Depósitos judiciais e fiscais	1.364.482	–	1.364.482
<b>Investimentos (a)</b>	<b>1.384.573</b>	<b>(34.142)</b>	<b>1.350.431</b>
Participações societárias	1.384.549	(34.142)	(a) 1.350.407
Outros investimentos	24	–	24
Outros	261.122	–	261.122
<b>Total</b>	<b>6.079.451</b>	<b>(34.142)</b>	<b>6.045.309</b>

	Publicado	Ajustes	Reapresentado
<b>Passivo circulante</b>	<b>2.045.594</b>	<b>–</b>	<b>2.045.594</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>855.953</b>	<b>–</b>	<b>855.953</b>
<b>Patrimônio líquido (a)</b>	<b>3.177.904</b>	<b>(34.142)</b>	<b>3.143.762</b>
Capital social	1.836.393	–	1.836.393
Reserva de capital	1.072	(40.985)	(a) (39.913)
Reserva de lucros	1.740.744	10.751	(a) 1.751.495
Ajustes de avaliação patrimonial	(39.252)	(3.908)	(a) (43.160)
Ações em tesouraria	(361.053)	–	(361.053)
<b>Total</b>	<b>6.079.451</b>	<b>–</b>	<b>6.045.309</b>

	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	8.610.210	–	8.610.210
Sinistros indenizáveis líquidos e outras receitas e despesas operacionais	(7.315.472)	–	(7.315.472)
Despesa administrativa e de comercialização	(1.120.517)	–	(1.120.517)
Resultado financeiro líquido	286.646	–	286.646
Resultado Patrimonial (a)	251.979	6.908	(a) 258.887
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>712.846</b>	<b>6.908</b>	<b>(a) 719.754</b>
Impostos e contribuições	(128.315)	–	(128.315)
Participações no resultado	(27.634)	–	(27.634)
<b>Resultado líquido</b>	<b>556.897</b>	<b>6.908</b>	<b>563.805</b>

(a) Reflexo da mudança na contabilização da aquisição da controlada indireta SULACAP referente à combinação de negócios para transação de capital conforme determinação da CVM. **2.2.2. Efeitos no balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2014:**

	Publicado	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo circulante</b>	<b>2.318.353</b>	<b>–</b>	<b>2.318.353</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>2.767.947</b>	<b>(38.749)</b>	<b>2.729.198</b>
Créditos tributários e previdenciários	53.437	–	53.437
Ativo fiscal diferido (a)	148.398	–	148.398
Depósitos judiciais e fiscais	1.197.531	–	1.197.531
Investimentos	1.140.296	(38.749)	1.101.547
Participações	1.140.272	(38.749)	(a) 1.101.523
Societárias	24	–	24
Outros investimentos	228.285	–	228.285
<b>Total</b>	<b>5.086.300</b>	<b>(38.749)</b>	<b>5.047.551</b>

	Publicado	Ajustes	Reclassificado
<b>Passivo circulante</b>	<b>1.681.911</b>	<b>–</b>	<b>1.681.911</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>781.954</b>	<b>–</b>	<b>781.954</b>
<b>Patrimônio líquido (a)</b>	<b>2.622.435</b>	<b>(38.749)</b>	<b>2.583.686</b>
Capital social	1.702.000	–	1.702.000
Reserva de capital	(6.923)	(40.985)	(a) (47.908)
Reserva de lucros	1.334.378	3.853	(a) 1.338.231
Ajustes de avaliação patrimonial	(45.967)	(1.617)	(a) (47.584)
Ações em tesouraria	(361.053)	–	(361.053)
<b>Total</b>	<b>5.086.300</b>	<b>(38.749)</b>	<b>5.047.551</b>

(a) Reflexo da mudança na contabilização da aquisição da controlada indireta SULACAP referente à combinação de negócios para transação de capital conforme determinação da CVM. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 5). **2.4. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo de práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas; • Custos de angariação diferidos (bônus de produção, despesa de pessoal e custo de kits) e registrados na rubrica “Despesas diferidas” no ativo circulante e “Despesas de comercialização diferidas” no ativo não circulante e amortizados pelo prazo máximo de 120 meses de permanência dos segurados na carteira, considerando a vigência das apólices, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das apólices; • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros não derivativos são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. **3.2.2. Disponível para venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “empréstimos e recebíveis” ou “mantidos até o vencimento” são classificados como “disponíveis para venda” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando há redução ao valor recuperável, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo circulante na rubrica “Bens e títulos a receber” e não circulante na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. **3.4. Investimentos:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustados pela redução ao valor recuperável, quando aplicável, combinado com os seguintes aspectos: • As participações acionárias em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no investimento; e • O ágio e deságio na

aquisição de ações de controlada, tratado como transação de capital, está registrado no patrimônio líquido. **3.5. Intangíveis: 3.5.1. Intangíveis de vida útil definida e indefinida:** Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição ou pelo valor determinado em uma avaliação técnica. A Companhia possui ativos intangíveis com vida útil definida e indefinida. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para estes ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica “Despesas administrativas”, no resultado. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável, caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, conforme descrito na nota 3.6. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. **3.6. Redução ao valor recuperável. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuro projetados, estimados de maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da entidade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas aliquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 03 anos. Para efeito de elaboração nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.8. Provisões técnicas de contratos de seguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: **3.8.1. Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos (PPCNG):** A PPCNG é constituída pelo método pro-rata die, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. **3.8.2. Provisão de sinistro a liquidar (PSL): Processos administrativos:** PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo: • O valor das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de sinistros; e • As despesas referentes à gestão da regulação de sinistros que não são alocados a cada sinistro individualmente (ULAE). **Processos judiciais:** Provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores pendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 110% da estimativa de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 9,36% ao ano, baseado no histórico de pagamentos de juros observado. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde”, no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. **3.8.3. Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA):** A PEONA, também conhecida no mercado internacional como IBNR (Incurred But Not Reported), é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e calculada com base no IBNP (Incurred But Not Paid), subtraído da PSL. Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 36 meses, adicionado da ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. As despesas referentes à gestão da regulação de sinistros que não são alocados a cada sinistro individualmente (ULAE) são registradas contabilmente na IBNR. **3.8.4. Provisão para remissão:** A Provisão para remissão é constituída para garantia existente em alguns contratos dos benefícios de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato (máximo de 5 anos) em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários, descontada considerando a expectativa de vida dos beneficiários e 6% ao ano de juros. **3.9. Provisões judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis e trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia. **3.9.1. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco (provável, possível ou remota), os



<







continuação

**Sul América Companhia de Seguro Saúde** | CNPJ 01.685.053/0001-56

a) Refere-se aos créditos tributários de Programa de Integração Social (PIS) e COFINS, calculado sobre o saldo das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos e não avisados; b) Corresponde ao provisionamento dos tributos (IRPJ e CSLL) que incidirão sobre a atualização monetária dos depósitos judiciais, os quais somente serão devidos caso seja obtido êxito no desfecho final dos processos judiciais em curso. Os referidos valores estão contabilizados na rubrica “Provisões para tributos diferidos” no passivo não circulante, mas para fins de divulgação, conforme determinado pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, estão sendo apresentados líquidos dos créditos tributários. As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias, exceto quando relacionados a diferenças temporárias oriundas de amortizações de ágio de investimentos permanentes. As bases e os impostos não registrados contabilmente, em virtude de não haver expectativas de realização destes valores dentro do prazo previsto pelos órgãos reguladores em 31/12/2015, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido
Diferenças temporárias - IRPJ	524	131
Diferenças temporárias - CSLL	18.625	2.794
<b>Total</b>	<b>19.149</b>	<b>2.925</b>

**Majoração da CSLL:** A Lei 13.169/15 majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%. Os créditos tributários de CSLL que não possuem expectativas de realização até 31/12/2018 são os seguintes:

Descrição	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido
Diferenças temporárias - CSLL	189.720	9.486
<b>Total</b>	<b>189.720</b>	<b>9.486</b>

**9. Bens e títulos a receber:**

Descrição	2015	2014
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	34.851	41.236
Recursos bloqueados (Nota 14.1)	21.288	24.331
Adiantamento a prestadores de serviços de saúde	18.172	10.382
Depósitos judiciais (a)	276.457	6.111
Compromissos mobiliários	80.000	—
Outros	9.631	3.671
<b>Total</b>	<b>440.399</b>	<b>85.731</b>
<b>Circulante</b>	<b>440.399</b>	<b>85.731</b>

(a) Refere-se ao processo de INSS médico que, em 14/08/2015, a Companhia obteve uma decisão favorável nos autos de processo com expectativa de levantamento do depósito judicial nos próximos 12 meses. **10. Participações societárias:** A seguir, os investimentos da Companhia:

	SANTA CRUZ (1)	SULAMED (2)	SULASAÚDE (3)	SULASEG (4)	SAMI (5)	SULODONTO (6)	SAGA (7)	Total
<b>Saldo em 01/01/2014</b>	<b>476.063</b>	<b>85.238</b>	<b>120.213</b>	<b>366.446</b>	<b>46.261</b>	<b>46.051</b>	<b>-</b>	<b>1.140.272</b>
Reflexo - reversão de combinação de negócio (nota 2.2)	(38.749)	-	-	-	-	-	-	(38.749)
<b>Saldo em 01/01/2014</b>	<b>437.314</b>	<b>85.238</b>	<b>120.213</b>	<b>366.446</b>	<b>46.261</b>	<b>46.051</b>	<b>-</b>	<b>1.101.523</b>
Aumento de capital (b)	-	-	65.028	-	-	-	-	65.028
Deságio em transação de capital	7.995	-	-	-	-	-	-	7.995
Dividendos e juros sobre capital próprio	(17.609)	(1.068)	(13.356)	(40.000)	(15.332)	(4.000)	-	(91.365)
Equivalência patrimonial (a)	80.203	4.495	56.542	88.278	20.828	8.662	-	259.008
Ajustes de avaliação patrimonial	5.573	-	(125)	1.279	46	-	-	6.773
Outros ajustes	668	-	-	777	-	-	-	1.445
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>514.144</b>	<b>88.665</b>	<b>228.302</b>	<b>416.780</b>	<b>51.803</b>	<b>50.713</b>	<b>-</b>	<b>1.350.407</b>
Aumento de capital (b)	135.037	-	-	-	-	-	171	135.208
Redução de capital (c)	-	-	(80.000)	-	-	-	-	(80.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(21.124)	(33.500)	(114.000)	(103.900)	(28.873)	(10.000)	(227)	(311.624)
Equivalência patrimonial (a)	78.191	2.161	55.580	20.382	22.238	14.702	942	194.196
Ajustes de avaliação patrimonial	(43.955)	(1)	(56)	(4.465)	1	-	-	(48.476)
Outros ajustes	2	-	-	-	-	-	-	2
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>662.295</b>	<b>57.325</b>	<b>89.826</b>	<b>328.797</b>	<b>45.169</b>	<b>55.415</b>	<b>886</b>	<b>1.239.713</b>

	2015							
Descrição	SANTA CRUZ (1)	SULAMED (2)	SULASAÚDE (3)	SULASEG (4)	SAMI (5)	SULODONTO (6)	SAGA (7)	Total
Ativo	820.289	136.556	239.991	6.795.809	86.528	78.471	14.794	
Passivo	157.993	79.231	150.165	6.561.548	41.358	23.056	5.932	
Patrimônio líquido	662.296	57.325	89.826	234.261	45.170	55.415	8.862	
Receita líquida	77.572	6.349	396.402	70.915	63.239	78.736	19.222	
Lucro líquido do exercício	78.191	2.161	55.580	20.290	22.238	14.702	9.425	
Percentual de participação (%)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	10%	
Valor contábil do investimento	662.295	57.325	89.826	328.797	45.169	55.415	886	1.239.713
Quantidade de ações ordinárias	9.002	2.494.197.660	6.268	29.630.261	17.166.836	40.894.358	170.800	

	2014							
Descrição	SANTA CRUZ (1)	SULAMED (2)	SULASAÚDE (3)	SULASEG (4)	SAMI (5)	SULODONTO (6)	SAGA (7)	Total
Ativo	713.304	153.966	449.210	5.553.875	101.025	66.604		
Passivo	165.018	65.301	220.908	5.148.359	49.222	15.891		
Patrimônio líquido	548.286	88.665	228.302	405.516	51.803	50.713		
Receita líquida	–	725.725	838.145	420.541	3.886	44.888		
Lucro líquido do exercício	73.294	4.495	56.228	87.717	20.874	8.661		
Percentual de participação (%)	100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Valor contábil do investimento	514.144	88.665	228.302	416.780	51.803	50.713		1.350.407
Quantidade de ações ordinárias	7.269	2.494.197.660	6.268	29.630.261	17.166.836	40.894.358		

(a) No exercício findo em 31/12/2015, a equivalência patrimonial de R\$194.196 (R\$259.008 em 2014), está registrada na rubrica "Resultado patrimonial", que contempla também, outras receitas líquidas em R\$122 e de despesas líquidas em 2014 de R\$121; (b) Em 30/09/2014, a Companhia aumentou o capital da SULSAÚDE em R\$65.028, com a emissão de 1.640 novas ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$3.951,47 por ação. Em 12/06/2015, a Companhia aumentou o capital da SANTA CRUZ em R\$135.037, com a emissão de 1.733 novas ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$77.920,77 por ação; e (c) Em 03/11/2015, a Companhia reduziu o capital da SULSAÚDE em R\$80.000, sem alteração no número de ações, proporcionalmente à de R\$12.761,21 por ação.

**Legenda:**

<b>Empresas</b>	<b>Principal atividade</b>
(1) Sul América Santa Cruz Participações S.A. - (SANTA CRUZ)	Participação
(2) Sul América Serviços de Saúde S.A. - (SULAMED)	Operadora de Planos de Saúde
(3) Sul América Saúde Companhia de Seguros - (SULASAÚDE )	Operadora de Planos de Saúde
(4) Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. - (SULASEG)	Seguradora
(5) Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - (SAMI)	Gestão de Recursos de Terceiros
(6) Sul América Odontológico S.A. - (SULODONTO)	Operadora de Planos de Saúde
(7) Sul América Investimento Gestora de Recursos S.A. (SAGA)	Odontológico
	Gestão de Recursos de Terceiros

### 11. Intangível:

	Custos de desenvolvimento e licenças Software (a)
<b>Custo</b>	
Saldo em 01/01/2014	79.543
Adição	19.446
Transferência	(3.094)
Saldo em 31/12/2014	95.895
<b>Amortização acumulada</b>	
Saldo em 01/01/2014	(31.364)
Amortização	(11.935)
Transferência	3.094
Saldo em 31/12/2014	(40.205)
Saldo residual em 31/12/2014	55.690
Vida útil estimada	5 e 10 anos

	Custos de desenvolvimento e licenças Software (a)
<b>Custo</b>	
Saldo em 31/12/2014	95.895
Adição	38.392
Baixa	(20)
Mais valia	(18.147)
Transferência	41
Saldo em 31/12/2015	116.161
<b>Amortização acumulada</b>	
Saldo em 31/12/2014	(40.205)
Baixa	14
Amortização	(14.725)
Transferência	18.147
Outros	(2)
Saldo em 31/12/2015	(36.771)
Saldo residual em 31/12/2015	79.390
Vida útil estimada	5 e 10 anos

**(a) Custos de desenvolvimento e licenças de softwares:** Representam, principalmente, gastos com desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, aplicativos, melhorias no site da Companhia, desenvolvimento de sistemas próprios e gastos com aquisição de licenças de softwares utilizados no âmbito operacional. **12. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:**

	2015				
	Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisdos	Provisão para remissão	Total
Saúde individual	84.132	262.280	118.280	5.198	469.890
Saúde grupal	155.475	960.162	517.143	33.662	1.666.442
Odontológico	668	1.449	3.198	–	5.315
<b>Total</b>	<b>240.275</b>	<b>1.223.891</b>	<b>638.621</b>	<b>38.860</b>	<b>2.141.647</b>
<b>Circulante</b>	<b>240.275</b>	<b>1.208.143</b>	<b>638.621</b>	<b>19.931</b>	<b>2.106.970</b>
<b>Não circulante</b>	<b>–</b>	<b>15.748</b>	<b>–</b>	<b>18.929</b>	<b>34.677</b>

	2014				
Ramo	Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avizados	Provisão para remissão	Total
Saúde individual	78.340	248.562	86.016	4.536	417.454
Saúde grupal	116.878	756.283	424.744	28.326	1.326.231
Odontológico	651	2.319	2.033	–	5.003
<b>Total</b>	<b>195.869</b>	<b>1.007.164</b>	<b>512.793</b>	<b>32.862</b>	<b>1.748.688</b>
<b>Circulante</b>	<b>195.869</b>	<b>984.434</b>	<b>512.793</b>	<b>15.863</b>	<b>1.708.959</b>
<b>Não circulante</b>	<b>–</b>	<b>22.730</b>	<b>–</b>	<b>16.999</b>	<b>39.729</b>

### 12.1. Movimentação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde:

Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão para remissão	Total
---	---	------------------------	-------

<b>Saldo em 01/01/2014</b>	<b>117.272</b>	<b>1.160.679</b>	<b>32.107</b>	
Emissões	9.277.700	—	—	
Avisados/ alterações	—	6.889.358	755	
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	—	(6.669.623)	—	
Prêmios ganhos	(9.199.103)	—	—	
Atualização monetária / juros	—	5.898	—	
Variação do IBNR	—	133.645	—	
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>195.869</b>	<b>1.519.957</b>	<b>32.862</b>	<b>1.748.688</b>
<b>Circulante</b>				<b>1.708.959</b>
<b>Não circulante</b>				<b>39.729</b>

Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IRNR	Provisão para remissão	Total
---	---	------------------------	-------

<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>195.869</b>	<b>1.519.957</b>	<b>32.862</b>	
Emissões	10.663.204	—	—	
Avisados/ alterações	—	8.301.033	4.636	
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	—	(8.163.332)	—	
Prêmios ganhos	(10.630.202)	—	—	
Atualização monetária / juros	—	5.742	—	
Varição do IBNR	—	93.438	—	
Transferência de carteira				
SULASAÚDE (a)	11.404	105.674	1.362	
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>240.275</b>	<b>1.862.512</b>	<b>38.860</b>	<b>2.141.647</b>
<b>Circulante</b>				<b>2.106.970</b>
<b>Não circulante</b>				<b>34.677</b>

(a) Transferência de carteira da SULASAÚDE para CIA SAÚDE conforme exposto na nota 1.1. A PSL contempla sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, relativas ao ramo de saúde. Em 31/12/2015 e 2014, a posição de sinistros em disputa judicial foi a seguinte:

Descrição	Saúde				Saúde	
	2015				2014	
	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado
Até 02 Anos	644	6.806	6.208	1.166	12.374	8.827
02 a 05 Anos	670	13.323	11.970	1.136	22.710	16.797
05 a 10 Anos	203	8.413	7.807	191	5.508	3.973
Mais de 10 Anos	65	1.759	1.643	71	2.127	1.675
<b>Total</b>	<b>1.582</b>	<b>30.301</b>	<b>27.628</b>	<b>2.561</b>	<b>42.719</b>	<b>31.272</b>

**12.2. Garantia das provisões técnicas:** As provisões técnicas possuem a seguinte cobertura:

Descrição	2015	2014
Provisões técnicas de seguros	2.141.647	1.748.688
(-) PPCNG (a)	240.274	195.871
<b>Montante a ser garantido</b>	<b>1.901.373</b>	<b>1.552.817</b>
<b>Ativos dados em garantia:</b>		
Títulos de renda fixa - públicos	1.599.339	999.986
Títulos de renda fixa - privados	521.677	653.349
<b>Total de ativos</b>	<b>2.121.016</b>	<b>1.653.335</b>
<b>Ativos vinculados em excesso</b>	<b>219.643</b>	<b>100.518</b>

(a) A ANS não exige o lastreamento por ativos garantidores para o total da PPCNG, conforme RN nº 314 de 23/11/2012.

**13. Partes relacionadas: 13.1. Transações:** As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
			2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Sul América S.A. (a) (b) (c) (d)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	-	-	17.171	21.365	-	-	-	-
Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (b) (d)	Controladora indireta	Sul América S.A.	780	509	-	320	-	-	-	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (b) (d) (h) (i)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	24	4.958	163	428	54	219	(2.800)	(4.261)
Sul América Gestora de Recursos S.A. (b) (d) (i)	Controlada Indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	248	-	330	-	-	-	(2.429)	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (b) (d) (f) (g)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.416	8.042	13	447	256	-	(1.156)	(1.004)
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (b) (d) (h)	Controladora direta	Saepar Serviços e Participações S.A.	-	-	393	7.262	-	-	(15.956)	(15.338)

Sul América Saúde Companhia de Seguro (b) (d) (k)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	14.640	152	18.412	143.433	536.673	(175.364)	(593.026)
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (b) (d)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	21.124	17.607	—	—	—	—	—	—
Sul América Serviços de Saúde S.A. (b) (d) (e)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	13.500	1.068	4.522	4.256	36	—	(7.710)	(7.519)
Sul América Odontológico S.A. (d)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	56	—	—	—	—	—	—	—
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (d)	Controlada Indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	22	—	—	—	—	—	—	—
Sul América Companhia de Seguros Gerais (d)	Ligada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	—	—	—	59	—	—	—	—
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (j)	Ligada	Outros	—	—	—	—	—	—	(3.014)	(2.338)
Gouveia Vieira Advogados Associados (j)	Ligada	Outros	—	—	—	—	—	—	(1.120)	(1.687)
Gouveia Vieira Advocacia (j)	Ligada	Outros	—	—	—	—	—	—	(12)	(53)
Healthways Brasil Serv. de Consultoria Ltda (l)	Coligada	Healthways International, S.A.R.L	—	—	—	—	—	—	(3.103)	—
<b>Total</b>			<b>37.170</b>	<b>46.824</b>	<b>22.744</b>	<b>52.549</b>	<b>143.779</b>	<b>536.892</b>	<b>(212.664)</b>	<b>(625.226)</b>

(a) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (c) Valor referente ao reembolso das controladas que pagaram seus executivos com incentivo em ações (stock options) de emissão da Companhia; (d) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (e) Valor referente ao seguro saúde a funcionários e dirigentes; (f) Valor referente ao plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (g) Valor referente ao seguro de vida grupal oferecido a todos os colaboradores; (h) Valor referente ao reembolso de aluguel de imóveis; (i) Valor referente à taxa de administração e gestão correspondente a 0,25% sobre o total da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (j) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (k) Valor referente ao consórcio cedido; e (l) Valor referente à prestação de serviços e soluções em saúde. Em 2015, a Companhia liquidou dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$204.047 (R\$213.731 em 2014), sendo R\$59.905 (R\$63.707 em 2014) para a SASA, R\$10.639 (R\$11.157 em 2014) para a SAEAP e R\$133.503 (R\$138.867 em 2014) para SALIC, e recebeu dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$318.009 (R\$78.511 em 2014), sendo, R\$33.830 (R\$13.833 em 2014) da SAMI, R\$108.150 (R\$35.000 em 2014) da SULASEG, R\$17.607 (R\$11.858 em 2014) da SANTA CRUZ, R\$21.068 (R\$1.090 em 2014) da SULAMED, R\$127.354 (R\$11.036 em 2014) da SULASAÚDE, R\$10.000 (R\$5.694 em 2014) da SULODONTO.

**13.2 Remuneração da administração:** A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

continua



Sul America Companhia de Seguros Saúde | CNPJ nº.685.053/0001-01

	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Remuneração baseada em ações (a)	Total
<b>Contas a pagar</b>				
2015	29.086	–	16.192	<b>45.278</b>
2014	25.721	–	16.998	<b>42.719</b>
<b>Despesas</b>				
2015	(43.323)	(1.379)	(5.571)	<b>(50.273)</b>
2014	(44.896)	(1.236)	(4.164)	<b>(50.296)</b>

(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.10).
**14. Compromissos e ônus a liquidar: 14.1. Recursos bloqueados:** Em 31/12/2015, a Companhia possui recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referente às demandas judiciais no montante de R\$21.288 (R\$24.331 em 2014), registrados na rubrica “Bens e títulos a receber”, no ativo circulante.
**14.2. Garantia das provisões técnicas:** A Companhia possui bens vinculados à ANS, oferecidos em garantia para cobertura das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 12.2.
**14.3. Contrato de aluguel – São Paulo:** Em 04/12/2011, a Companhia, a SAÚDE (incorporada pela Companhia), SALIC, e a SULASEG, renovaram o contrato de locação do imóvel em São Paulo, pelo prazo de 60 meses, que expiraria em 03/12/2016. Durante esse prazo, cada empresa pagaria uma quantia mensalmente, sendo à Companhia o valor de R\$1.821, reajustada anualmente pela variação percentual acumulada do IGP-M, cabendo à Companhia um percentual de 59,3% sobre este montante. Em decorrência da rescisão antecipada do contrato de locação para 30/11/15, foi aplicada uma multa de R\$ 1.125. Em 04/07/2013, a Companhia, a SAÚDE (incorporada pela Companhia), SALIC, e a SULASEG, assinaram o contrato de locação para a nova sede da SulAmérica em São Paulo. O prazo da locação é de 10 anos, contados a partir de 15/06/2015, podendo ser renovado automaticamente por períodos de 5 anos, por 3 ciclos consecutivos. Durante o período de vigência do contrato a Companhia se compromete a pagar mensalmente a quantia de R\$2.267, reajustada anualmente pela variação acumulada do IGP-M, cabendo à ela um percentual de 59,3% sobre este montante, sendo o restante de responsabilidade das demais. O pagamento do primeiro aluguel foi em 05/08/2015, referente ao período de 15/06/2015 a 31/07/2015, já com a variação do IGP-M desde 01/01/2013. A Lei de Locações e o contrato possuem disposições que impedem os locadores de rescindirem unilateralmente a locação, sendo que a Companhia poderá fazê-lo, desde que mediante o pagamento de multa.
**15. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais:** Em 31/12/2015 e 2014, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” no ativo não circulante, assim como as provisões para ações judiciais, fiscais e trabalhistas registradas na rubrica “Provisões para ações judiciais” no passivo circulante e não circulante e, as obrigações fiscais, registradas na rubrica “Tributos e contribuições”, no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir:
**15.1. Depósitos judiciais:**

Descrição	2015	2014
<b>Fiscais:</b>		
COFINS	308.446	286.084
PIS	89.425	83.181
Contribuição social	270.622	210.894
Imposto de renda	104.894	98.025
Outros	6.169	7.292
<b>Subtotal</b>	<b>779.556</b>	<b>685.476</b>
<b>Previdenciárias:</b>		
INSS (a)	119.881	505.548
<b>Trabalhistas e cíveis:</b>		
Ações trabalhistas	6.830	10.819
Ações cíveis	187.361	162.639
	<b>194.191</b>	<b>173.458</b>
<b>Subtotal</b>	<b>1.093.628</b>	<b>1.364.482</b>
<b>Total</b>	<b>1.093.628</b>	<b>1.364.482</b>
<b>Não circulante</b>		

**15.3. Obrigações fiscais:** As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais da Companhia em 31/12/2015 e 2014, são:
**COFINS:** A Companhia

questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e outras receitas. A Companhia vinha depositando e provisionando o diferencial de alíquota de 1% sobre a receita bruta. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, a Companhia passou a depositar e provisionar, a partir de junho de 2009, somente os valores referentes a receita de sua atividade de seguro. Os citados depósitos foram realizados até junho de 2014, quando a Companhia interrompeu os depósitos judiciais e começou a realizar o seu pagamento. Atualmente, os valores referentes à majoração de 1% sobre as receitas provenientes das atividades de seguros estão totalmente provisionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração de 1 % sobre as receitas provenientes das atividades de seguros e reputam como possível a incidência desta contribuição sobre as outras receitas.
**PIS:** A Companhia questionava a legalidade da contribuição ao PIS sobre a receita bruta à alíquota de 0,65%, determinada pelas Leis nºs 9.701/1998 e 9.718/1998, e vinha depositando judicialmente os valores exigidos. Assim, em Junho/2008, a Companhia obteve decisão parcialmente favorável, tendo a sentença reconhecido o seu direito de recolher a contribuição sem a ampliação da base de cálculo, passando, a partir de 2008, a recolher o PIS sobre a receita da atividade de seguros. Adicionalmente, a Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição do PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994, 10/1996 e 17/1997, cujos montantes encontram-se depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda das demandas. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando à Companhia (e incorporadas), o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar n.º 7/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado, mas aguarda a homologação dos cálculos para levantamento do depósito judicial.
**IRPJ:** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indetutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. Em maio de 2013, o STF declarou constitucional o dispositivo legal que obstu a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade. Atualmente, a Companhia aguarda a conversão em renda do depósito judicial realizado devido a decisão desfavorável já transitada em julgado. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade.
**CSLL:** De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as companhias seguradoras ficaram sujeitas a recolher a contribuição social (CSLL) à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. A Companhia obteve liminar para recolher a contribuição social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados, estando o passivo provisionado na sua totalidade. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda. Adicionalmente, com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda. Adicionalmente, com a edição do artigo 72, III do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 10/1996, a companhia passou a ficar sujeitas ao recolhimento da CSLL à alíquota de 30%. Assim, a Sul América Previdência Privada S.A., incorporada pela Companhia, impetrou o Mandado de Segurança nº 96.0006174-2, que assegurou o direito de não se sujeitar às disposições da EC nº 10/1996 no período de 01/01/1996 a 06/07/1996. Em 18/11/2015, a Companhia levantou o valor de R\$314, e realizou a reversão da provisão no mesmo valor, restando a conversão em renda do saldo remanescente.
**15.4. Provisões judiciais: INSS:** A Companhia vem questionando e depositando judicialmente, a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e regulamentada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguro não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando dessa forma fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. A Companhia aguarda o julgamento do Recurso de Apelação. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda das demandas relativas à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. No mês de junho de 2015, a companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestadores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão.
**15.5. Contingências:** Em 31/12/2015, o valor total em discussão dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como “possível” pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$615.339 (R\$560.872 em 2014). Na avaliação da Administração sobre a provável saída de recursos nesses processos, o montante provisionado de R\$322.094 (R\$276.249 em 2014) refere-se principalmente às obrigações fiscais. A parcela não provisionada, no valor de R\$293.245 (R\$284.623 em 2014) é composta principalmente pelo montante de R\$93.301 (R\$90.478 em 2014) relativos aos autos de infração lavrados contra a Companhia, em que se questiona a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da controladora SLT Participações S.A. nos anos calendários 2005, 2006 e 2007. Em 31/12/2015, o valor total em discussão dos processos judiciais cíveis e trabalhistas cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas é de, respectivamente, R\$11.839 (R\$9.946 em 2014) e R\$3.715 (R\$3.741 em 2014).
**16. Refinanciamento fiscal - REFIS:** Em 31/12/2013, a Companhia aderiu ao REFIS, referente a Lei nº 12.865/2013, com o objetivo de parcelar valores relativos à CSLL, IRPJ



continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

19.5. Outras despesas operacionais:

Em 2015, as “Outras despesas operacionais”, no montante de R\$298.689 (R\$205.263 em 2014), estão registradas nas rubricas “Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde”, no montante de R\$298.500 (R\$205.173 em 2014) e “Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora”, no montante de R\$189 em 2015, compostos da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Despesas com operações de seguros	(7.485)	(6.819)
Constituição de provisão para contingências cíveis e outras operações de seguros	(105.873)	(60.208)
Serviços técnicos de seguros	(8.319)	(6.433)
Constituição da provisão para riscos de crédito	(56.704)	(18.974)
Taxas de administração de seguros	–	(19)
Despesas com cobrança de seguros	(120.308)	(112.810)
Total	(298.689)	(205.263)

19.6. Resultado financeiro líquido:

Descrição	2015	2014
Títulos e valores mobiliários	355.021	225.896
Valor justo por meio do resultado	76.194	38.135
Disponível para venda	278.827	187.761
Operações de seguros	40.343	33.958
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	9.589	19.824
Juros de mora	(1.593)	(18)
Outros	7.334	6.986
Total	410.694	286.646

Receitas financeiras:

Descrição	2015	2014
Valorização de cotas de fundos de investimentos	83.440	54.326
Títulos de renda fixa - privados	92.131	75.496
Títulos de renda fixa - públicos	191.524	116.830
Operações de seguros	41.789	35.093
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	98.342	79.649
Outras	15.787	11.518
Total	523.013	372.912

Despesas financeiras:

Descrição	2015	2014
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(12.074)	(20.756)
Operações de seguro	(1.446)	(1.135)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(88.753)	(59.825)
Juros de mora	(1.593)	(18)
Outras	(8.453)	(4.532)
Total	(112.319)	(86.266)

19.7. Imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	967.457	967.457	719.754	719.754
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(241.864)	(193.491)	(179.939)	(107.963)
Diferencial da alíquota da contribuição social (a)	–	19.841	–	–
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(16.911)	(13.678)	(14.013)	(8.408)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	(14.816)	(11.853)	(4.589)	(2.753)
Despesas indedutíveis	(10.897)	(6.063)	(5.954)	(2.893)
Provisões não dedutíveis	(971)	(777)	–	–
Outras	–	–	(2.005)	(1.212)
Subtotal	(43.595)	(32.371)	(26.561)	(15.266)
Exclusões:				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	48.549	38.839	64.753	38.851
Atualização de depósitos judiciais	9.909	7.928	17.748	10.649
Encargos sobre participações nos lucros	7.745	6.196	8.200	4.920
Juros sobre capital próprio	32.500	26.000	31.250	18.750
Outras	237	5.079	–	–

Descrição	2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Constituição - crédito tributário sobre diferenças temporárias	35.111	47.735	16.584	9.950
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(9.847)	(14.490)	(17.264)	(10.359)
Constituição (reversão) da redução ao valor recuperável	1.902	(8.283)	874	523
Receitas com imposto de renda e contribuição social diferido	27.166	24.962	194	114
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(145.301)	(97.017)	(78.370)	(49.945)
Alíquota efetiva	15,02%	10,03%	10,89%	6,94%
Alíquota efetiva combinada		25,05%		17,83%

(a) A partir de Setembro/2015 a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é de 20% de acordo com a Lei 13.169/2015; e a sua vigência será até 31/12/2018.

20. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:

Descrição	2015		2014	
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Perda atuarial de benefício definido	Total	
Base	(2.643)	(85)	(2.728)	
Imposto de renda	661	21	682	
Contribuição social	396	13	409	
Total	1.057	34	1.091	
Líquido	(1.586)	(51)	(1.637)	

Descrição	2014		2013	
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Perda atuarial de benefício definido	Total	
Base	(3.991)	77	(3.914)	
Imposto de renda	998	(19)	979	
Contribuição social	599	(13)	586	
Total	1.597	(32)	1.565	
Líquido	(2.394)	45	(2.349)	

Conselho de Administração: Presidente:

Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas.

Conselheiros:

Gabriel Portella Fagundes Filho; Carlos Infante Santos de Castro; Solange Beatriz Palheiro Mendes.

Diretoria: Diretor-Presidente:

Gabriel Portella Fagundes Filho.

Diretores-Vice-Presidentes:

Arthur Farne d’Amoed Neto; Marco Antonio Antunes da Silva; Maurício da Silva Lopes.

Diretores:

André Luiz Lauzana dos Santos; Christian Rogério Menezes; Emil Andery; Enio Tetsuo Fukai; Erika Fuga Rossi; Gabriel Antoine de Ségur de Charbonnières; José Fernando Conforto; Laenio Pereira dos Santos; Leila Ribeiro de Azevedo e Gregorio; Manoel Roberto Gottsfritz Cardoso; Patrícia Quirico Coimbra; Raquel Reis Correa Giglio; Reinaldo Amorim Lopes; Renato Roberto; Ricardo Bottas Dourado dos Santos; Solange Zaquem Thompson Motta; Tereza Villas Boas Veloso.

Contador:

Mauro Reis d’Almeida - CRC RJ 066.620/O-7.

Atuário:

Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/MTPS/963.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Companhia de Seguro Saúde **Rio de Janeiro – RJ.** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo

de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia de Seguro Saúde em 31 de dezembro

de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Outros assuntos.** Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os valores correspondentes, referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.2, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, sem qualquer modificação, datado de 23 de fevereiro de 2016. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2016  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ  
Roberto Paulo Kenedi  
Contador - CRC 1RJ 081.401/O-5

Deloitte.